

Agro
Opportunities S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Agro Opportunities S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agro Opportunities S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agro Opportunities S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4



Fernando Luis Roscini
Contador CRC 1SP319013/O-5

Agro Opportunities S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

Ativo Circulante	Notas	2021	2020	Passivos Circulante	Notas	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	83.928	912	Obrigações Tributárias	12	16	19
Tributos e contribuições a recuperar	8	43	22	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	13	3.438	230
Adiantamentos	9	17	55	Outras contas a pagar	14	3.204	199
Total do ativo circulante		<u>83.989</u>	<u>989</u>	Total do passivo circulante		<u>6.657</u>	<u>448</u>
Ativo não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	10	99	58	Capital social	15	107.812	7.767
Intangível	11	36	-	Prejuízo Acumulado		(30.346)	(7.168)
Total do ativo não circulante		<u>135</u>	<u>58</u>	Patrimônio líquido		<u>77.467</u>	<u>598</u>
Total do ativo		<u><u>84.124</u></u>	<u><u>1.047</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>84.124</u></u>	<u><u>1.047</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agro Opportunities S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Notas	2021	2020
Despesas gerais e administrativas	17	<u>(23.233)</u>	<u>(5.555)</u>
Resultado antes das receitas financeiras líquidas			
Receita financeira	18	76	49
Despesa financeira	18	(21)	(13)
Receitas financeiras líquidas		55	36
Prejuízo líquido do exercício		<u>(23.177)</u>	<u>(5.519)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agro Opportunities S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	2021	2020
Prejuízo líquido do exercício	(23.177)	(5.519)
Resultado abrangente total	<u>(23.177)</u>	<u>(5.519)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agro Opportunities S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	<u>Capital social</u>		Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Capital a integralizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.767	(1)	(7.168)	598
Aumento do Capital Social	100.046	-	-	100.046
Prejuízo do exercício	-	-	(23.177)	(23.177)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>107.813</u>	<u>(1)</u>	<u>(30.346)</u>	<u>77.467</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Opportunities S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(23.177)	(5.519)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	21	8
Variações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) em tributos e contribuições a recuperar	(21)	(11)
Redução (aumento) em adiantamentos	38	(55)
(Redução) aumento em obrigações tributárias	(3)	14
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias	3.207	190
Aumento em outras contas a pagar	3.005	26
Caixa gerado pelas atividades operacionais	6.246	173
Fluxos de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(16.931)	(5.346)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compras de imobilizado e intangível	(98)	(61)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(98)	(61)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	100.046	4.766
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	100.046	4.766
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	83.017	(641)
Demonstração das variações nas disponibilidades		
No início do exercício	912	1.553
No final do exercício	83.928	912
Aumento (redução) nas disponibilidades	83.016	(641)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Agro Opportunities S.A. (“Companhia”) é uma ”Holding” constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registro de escritório é na Avenida Cidade Jardim, nº803, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Foi constituída em 12 de dezembro de 2018 com a denominação social inicial SF One Hundred And Eleven Participações Societárias S.A. Em 06 de fevereiro de 2019, a denominação foi alterada para a atual e em 05 de abril de 2019 iniciou suas atividades.

A Companhia tem por objeto social a atividade de participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2022.

Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas os saldos foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

6.1 Instrumentos financeiros

a. Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b. Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

c. *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

d. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- Nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

6.2 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

6.3 Caixas e equivalentes de caixa

A Companhia considera como caixa e equivalentes os saldos de caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras que incluem outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos até da data do balanço.

6.4 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

6.5 Despesas administrativas e gerais

Representam os gastos relacionados as atividades administrativas da Companhia, portanto distintos da operação produtiva e comercial, reconhecidos em regime de competência.

6.6 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e aumento da vida útil.

c. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis médias estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Computadores e periféricos	5

6.7 Intangível

a. Reconhecimento e mensuração

Itens ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

b. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e aumento da vida útil.

c. Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis médias estimadas do ativo intangível são as seguintes:

	Anos
Softwares	5

6.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30 % do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia não apresentou lucro tributável no exercício corrente, não houve reconhecimento contábil de obrigações fiscais dessa natureza.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.9 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido.

6.10 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	17	18
Aplicações financeiras	<u>83.911</u>	<u>894</u>
	<u>83.928</u>	<u>912</u>

As aplicações financeiras são consideradas como equivalentes de caixa, por terem alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações automáticas e fundo de renda fixa indexadas ao Certificado de depósito interbancário - CDI com liquidez diária.

8 Tributos e contribuições a recuperar

	2021	2020
IRRF sobre aplicação financeira	<u>43</u>	<u>22</u>
	<u>43</u>	<u>22</u>
Circulante	43	22

9 Adiantamentos

	2021	2020
Adiantamentos a Fornecedores	-	55
Adiantamento de férias	<u>17</u>	<u>-</u>
	<u>17</u>	<u>55</u>
Circulante	17	55

10 Imobilizado

Imobilizado

	2021			2020		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Computadores e Periféricos	<u>124</u>	<u>(25)</u>	<u>99</u>	<u>66</u>	<u>(8)</u>	<u>58</u>
Total	<u>124</u>	<u>(25)</u>	<u>99</u>	<u>66</u>	<u>(8)</u>	<u>58</u>

Movimentação do Custo

	2020	Adições	Baixas	2021
Computadores e periféricos	<u>66</u>	<u>58</u>	<u>-</u>	<u>124</u>
Total	<u>66</u>	<u>58</u>	<u>-</u>	<u>124</u>

Movimentação da depreciação

	Taxa de depreciação	2020	Adições	Baixas	2021
Computadores e periféricos	20%	<u>8</u>	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>25</u>
Total		<u>8</u>	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>25</u>

11 Intangível

Intangível	2021			2020		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Softwares	40	(4)	36	-	-	-
Total	40	(4)	36	-	-	-

Movimentação do Custo	2020	Adições	Baixas	2021
Softwares	-	40	-	40
Total	-	40	-	40

Movimentação da depreciação	Taxa de depreciação	2020	Adições	Baixas	2021
Softwares	20%	-	4	-	4
Total		-	4	-	4

12 Obrigações Tributárias

	2021	2020
Cofins a Recolher	1	-
IRRF a Recolher	4	5
Pis, Cofins e Contribuição social (Retenção) a Recolher	11	14
	<u>16</u>	<u>19</u>
Circulante	16	19

13 Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

	2021	2020
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	83	47
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	12	7
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	103	60
Provisões de bônus	3.058	
Provisões Férias	182	116
	<u>3.438</u>	<u>230</u>
Circulante	3.438	230

14 Outras contas a pagar

	2021	2020
Provisão de diligencias a pagar (*)	3.130	-
Serviços a pagar*	74	199
	3.204	199
Circulante	3.204	199

(*) Refere-se a serviços de consultoria, advogados, serviços de tecnologia, entre outros.

15 Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 107.813.000,00 (cento e sete milhões, oitocentos e treze mil reais), representado por 107.813.000 (cento e sete milhões, oitocentos e treze mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	2021	2020
Acionista		
Pátria Private Equity VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	107.813.000	7.766.600
	107.813.000	7.766.600

Aumento do capital social

- Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de janeiro de 2021, houve um aumento de capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 11.059.000,00 (onze milhões e cinquenta e nove mil reais), representado por 11.059.000 (onze milhões e cinquenta e nove mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;
- Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2021, houve um aumento de capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 1.778.800,00 (um milhão, setecentos e setenta e oito mil e oitocentos reais), representado por 1.778.800 (um milhão, setecentos e setenta e oito mil e oitocentos) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;
- Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de setembro de 2021, houve um aumento de capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 13.418.000,00 (treze milhões e quatrocentos e dezoito mil reais), representado por 13.418.000 (treze milhões e quatrocentos e dezoito mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e
- Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2021, houve um aumento de capital social subscrito e integralizado de R\$ 73.790.600,00 (setenta e três milhões e setecentos e noventa mil e seiscentos reais), representado por 73.790.600,00 (setenta e três milhões e setecentos e noventa e seiscentos mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros a destinar

Constituída em função do lucro do exercício após as distribuições para Reserva legal e dividendo, ficando a disposição da Assembleia Geral, até o limite de 100% do valor do capital social.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a ser distribuído aos acionistas proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social da Companhia, a título de dividendo mínimo obrigatório.

16 Partes relacionadas

Controlador final

O controlador final é o fundo de investimento Pátria Private Equity VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, com 100% de participação.

Operação com pessoal chave da Administração

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração são os diretores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração foi de R\$ 4.183 (1.421 em 2020).

17 Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Despesas com pessoal (*)	9.668	3.530
Despesas com viagens	203	106
Serviços de terceiros (**)	13.060	1.726
Outras despesas	202	184
Impostos e taxas	100	9
	<u>23.233</u>	<u>5.555</u>

(*) Em 2021 a Companhia passou por reestruturação de sua administração (Conselho de administração e Diretorias) e aumento do seu time estratégico, conforme é possível identificar aumento nas despesas com pessoal.

(**) Em 2021 a Companhia obteve aumento significativo na contratação de serviços de terceiros (Consultoria referente a gestão de investimentos, serviços de RH, planejamento estratégico, entre outros).

18 Receitas financeiras líquidas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	75	49
Descontos financeiros	<u>1</u>	<u>-</u>
	<u>76</u>	<u>49</u>
Despesas financeiras		
Juros Passivos	-	(1)
Variações Cambiais Passivas	-	(5)
Atualização de impostos	(20)	(6)
Tarifas bancárias e IOF	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
	<u>(21)</u>	<u>(13)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>55</u>	<u>36</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Companhia apresentou prejuízo fiscal. Desta forma, não apresenta valores de imposto de renda ou contribuição social reconhecidos no resultado nem reconheceu ativo por imposto diferido considerando que a Companhia encontra-se ainda em fase preoperacional.

	2021		2020	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	<u>22.746</u>	<u>7.734</u>	<u>6.582</u>	<u>2.238</u>
	<u>22.746</u>	<u>7.734</u>	<u>6.582</u>	<u>2.238</u>

20 Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

			<u>2021</u>	<u>2020</u>
			Valor contábil	Valor contábil
Natureza Ativo	Classificação	Hierarquia		
Caixa e equivalente de caixa	VJR	Nível 1	<u>83.928</u>	<u>912</u>
			<u>83.928</u>	<u>912</u>
Passivo				
Outras contas a pagar	Custo amortizado	Nível 2	<u>3.204</u>	<u>199</u>
			<u>3.204</u>	<u>199</u>

21 Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco da taxa de juros

a. *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco da Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Usualmente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Risco de liquidez

2021	Valor contábil	Até 12 meses	1 – 2 anos	3 – 5 anos
Outras contas a pagar	3.204	3.204	-	-
	<u>3.204</u>	<u>3.204</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Risco de liquidez

2020	Valor contábil	Até 12 meses	1 – 2 anos	3 – 5 anos
Outras contas a pagar	199	199	-	-
	<u>199</u>	<u>199</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

a. Risco da taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo este ativo financeiro às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a seguir:

Instrumentos	31/12/2021	Risco	Taxa de juros % a.a. (**)	Cenários			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 25%	
				%	Valor (*)	%	Valor (*)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	83.911	CDI	9,15	11,44	<u>1.919</u>	13,73	<u>3.839</u>
					<u>1.919</u>		<u>3.839</u>

Instrumentos	31/12/2021	Risco	Taxa de juros % a.a. (**)	Cenários			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 25%	
				%	Valor (*)	%	Valor (*)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	83.911	CDI	9,15	6,86	<u>(1.919)</u>	4,58	<u>(3.839)</u>
					<u>(1.919)</u>		<u>(3.839)</u>

(*) Trata-se do efeito líquido no resultado da variação da taxa provável x cenários.

(**) Fonte: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>

22 Contingências

A Companhia no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui processos contingentes que necessitem ser provisionadas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

* * *

Rafael Bassalo Marques
 Diretor Financeiro

Melina Correa da Silva
 Contadora CRC/SP 1SP251344/O-3